

DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI



UNIÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO VALE DO JAVARI - UNIVAJA

Coordenador

Paulo Dollis Barbosa da Silva - Kenampa Marubo

Vice-coordenador

Varney da Silva Tavares Kanamary – Thodá Kanamary

Ficha técnica da UNIVAJA

Valdir Estevão Marubo

Secretário Executivo

Eliésio da Silva Vargas

Assessoria jurídica

Assessoria Técnica

Irison Rodrigues Neves

Endereço:

Rua Cunha Gomes, nº. 123 – Centro

CEP: 69.650-000. Atalaia do Norte – AM - Brasil

CNPJ: 11.973.972/0001-89

Cel: (97) 91820629/ (97) 984022137

E-mail:

univajavj@gmail.com

Site:

www.univaja.com

Em memória de Maxciel Souza, que em suas atividades de vigilância pelo Vale do Javari, desenvolveu grandes feitos em prol da política indigenista e de todo o conjunto existente no interior de nosso território.

ORGANIZAÇÕES DE BASE DA UNIVAJA



Associação Ibá Kulina do Vale do Javari – AIKUVAJA

Associação dos Mayuruna do Alto Jaquirana – AMAJA

DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Financiadores:



Parceiros:



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
AS ORGANIZAÇÕES DE BASE DA UNIVAJA.....	8
A TERRA INDÍGENA E OS POVOS QUE VIVEM NO VALE DO JAVARI.....	10
QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS QUE HABITAM O VALE DO JAVARI...	12
O povo Kanamary.....	12
O povo Kulina.....	14
O povo Marubo.....	16
O povo Matis.....	17
O povo Mayoruna/Matsés.....	19
O povo Korubo.....	21
O povo Tyohom Dyapá.....	22
“Povos Isolados”	24
A IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA.....	26
DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL.....	28
Território Kanamary.....	30
Território Kulina.....	32
Território Marubo.....	33
Território Matis.....	35
Território Mayoruna/Matsés.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
ALDEIAS DO VALE DO JAVARI.....	40

APRESENTAÇÃO

Apresentamos as Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari/AM, que ao longo de vinte anos vem sendo planejada a partir das necessidades fundamentais dos povos indígenas que habitam a região. Partindo de um pressuposto, das primeiras Lideranças indígenas que passaram a residir na cidade de Atalaia do Norte/AM, onde perceberam que a única maneira de garantir o usufruto do território e, sobretudo, das famílias que dependem unicamente da terra, era chamar a atenção do Estado brasileiro que a demarcação era a única maneira de preservar toda pluralidade do Vale do Javari.

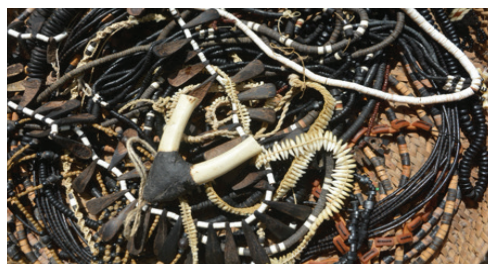
Após a demarcação da terra uma série de tratativas foram iniciadas pelo movimento indígena, apoiadas pelos parceiros locais, principalmente pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), que resultou na implementação de diversas atividades e com a mobilização e participação da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), foi possível acrescentar os interesses das lideranças, professores, mulheres, jovens, crianças, Agente Indígena de Saneamento - AISAN, Agente Indígena de Saúde - AIS e as organizações de base. Junto ao empenho dos parceiros resultando na síntese de uma metodologia rica de troca, encontros e conquistas. E com um sentimento de que ainda são muitos os caminhos a serem percorridos, apresentamos as Diretrizes Prioritárias de Gestão Territorial e Ambiental da TI Vale do Javari.

São reivindicações, reflexões e conhecimentos organizados na forma desta publicação. Com isso pretendemos que esses resultados, construídos e apropriados pelo movimento indígena, possam dar subsídios às instituições governamentais nas esferas Federal, Estadual e Municipal, para orientar suas ações e contribuir na resolução de conflitos e implementação das demandas que foram debatidas e construídas entre os próprios indígenas da TI Vale do Javari.

“

Temos vários povos aqui na Terra Indígena Vale do Javari, mas somos todos um só”.

Paulo Dollis Kenampa, Coordenador da UNIVAJA



À UNIVAJA cabe o papel de fortalecer e levar adiante não apenas as demandas e processos aqui apresentados, mais outros que estão sendo intensamente refletidos, atualizados e presentes nas discursões das assembleias e reuniões com as associações de base, no dia-a-dia das aldeias e, nas cidades: a valorização das autoridades e lideranças tradicionais, bem como dos princípios indígenas de gestão de seus territórios, culturas, organizações e de autodeterminação.

O movimento indígena do Vale do Javari iniciou na década de 80 com a criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), apoiados pelas entidades ligadas a Igreja Católica como a Operação Amazônia Nativa (OPAN), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Pastoral Indigenista do Alto Solimões. O CIVAJA expandiu sua atuação política junto a todos os povos contatados e, foi um período de muita tensão por parte da população local, que foram influenciados por empresários ligados ao comércio e exploração madeireira, que eram contra a demarcação e a paralisação das atividades madeireira na região.

O trabalho do CIVAJA foi de muita articulação e ganhou credibilidade diante de conquistas importantes para os povos indígenas da região, entre as quais a demarcação da Terra Indígena, homologada no início da década de 2000 (por meio do Decreto s/n de 02 de maio de 2001) .

Em 2007 concretizou-se a extinção do CIVAJA, e no mesmo ano articulou-se a criação de uma comissão temporária para pensar o destino do movimento indígena do Javari, considerando toda problemática já enfrentada anteriormente, pois a intenção sempre foi de construir uma entidade forte, articulada e atuante em favor dos povos indígenas do Javari, servindo sempre como uma referência de resistência. Após diversas reuniões criou-se a atual representatividade denominada União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), no ano de 2010.

A atual Diretoria foi reeleita na 6ª Assembleia Ordinária da UNIVAJA, realizada de 11 a 14 de março de 2020, na aldeia Nova Esperança do povo Mayuruna. Permanecendo ainda Coordenador Geral da UNIVAJA Paulo Dollis Barbosa da Silva, Kenampa, e seu Vice-Coordenador Varney da Silva Tavares Kanamary, Thodá, para um mandato de mais três anos.

AS ORGANIZAÇÕES DE BASE DA UNIVAJA

As organizações de base que compõem a UNIVAJA são entidades parceiras que foram criadas para representar os interesses de seus respectivos povos. Estreitando a comunicação dos indígenas que vivem nas aldeias com as instituições, responsáveis pelas políticas públicas na região, garantindo uma maior visibilidade às demandas prioritárias que surgem.

Ressalta-se, ainda que, anualmente as organizações de base junto às comunidades realizam seus planos de trabalho, que são executados através dos repasses dos diversos insumos auxiliados apoiados pelos parceiros que atuam no Vale do Javari. Operando como uma espécie de porta voz, as organizações de base atualmente estão se articulando com maior frequência com a UNIVAJA buscando sempre estabelecer estratégias que venham sempre beneficiar as aldeias e seus respectivos povos.

São organizações de base da UNIVAJA:

Ass. de Des. Comunitário do Alto Rio Curuçá – ASDEC, Fundada em 2003.

Associação Marubo de São Sebastião – AMAS, Fundada em 2003.

Associação dos Kanamary do Vale do Javari – AKAVAJA, fundada em 2007.

Organização das Aldeias Marubo do Rio Ituí – OAMI, Fundada em 2008.

Associação Indígena Matis – AIMA, fundada em 2008.

Organização Geral dos Mayuruna – OGM, Fundada em 2009.

Associação dos Matis do Alto Jaquirana – AMAJA, Fundada em 2011.

Associação Ibá Kulina do Vale do Javari – AIKUVAJA, fundada em 2017.

A luz da justiça, a UNIVAJA representa todas as aldeias e organizações de sua área de abrangência fora e dentro da região demarcada, priorizando sempre pelo bem estar do movimento indígena, apoiando em sua totalidade a luta pela garantia, preservação e busca dos direitos dos povos indígenas; participando na formação do fortalecimento das

associações de base, incentivando o resgate e manutenção das culturas tradicionais dos povos indígenas, buscando apresentar meios de melhorias com projetos nas áreas de educação, saúde e sustentabilidade.

A UNIVAJA busca sempre através do diálogo apoiar as decisões que sejam favoráveis e tragam benefícios para as aldeias, respeitando as decisões legítimas de acordo com o estatuto, prezando para que os coordenadores não tomem decisão sem a plena participação das aldeias e lideranças indígenas.

A TERRA INDÍGENA E OS POVOS QUE VIVEM NO VALE DO JAVARI



“As pessoas estão acabando com tudo que feito para elas mesmas. Tamakorih, não fez o mundo para isso, e todas as pessoas devem ajudar umas às outras, acreditando que a natureza preservada é o único jeito de continuar a vida nessa terra”.

Cacique Arabunã Kanamary

Um marco na luta pela demarcação da terra na região

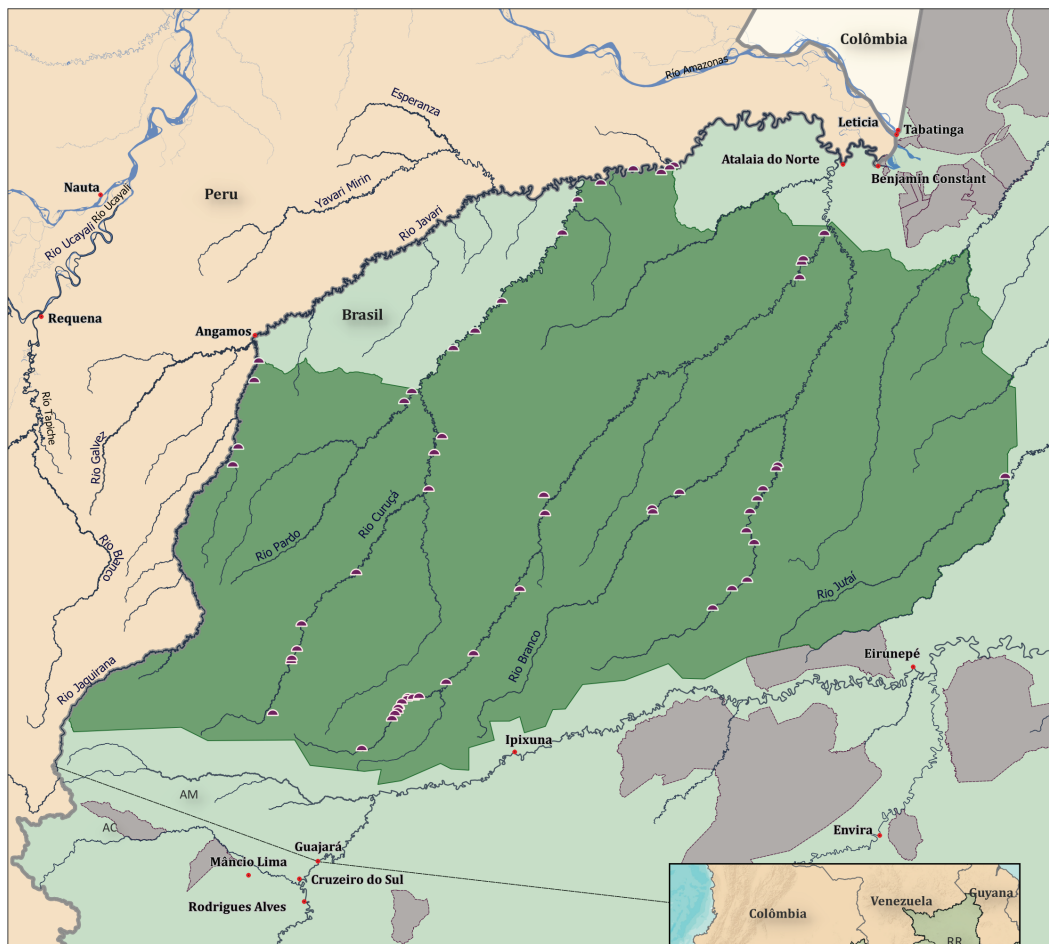
A TI Vale do Javari é a segunda maior Terra Indígena do Brasil, possui 8,5 milhões de hectares de floresta equatorial distantes dos grandes centros urbanos, homologada pelo Governo Federal em 2001.

Localizada no extremo oeste do estado do Amazonas, abrange parte dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, todos no Amazonas. Localiza-se na região fronteira entre o Brasil e o Peru, os rios navegáveis da TI são: Rio Branco, Rio Javari, Rio Jaquirana, Rio Curuçá, Rio Itacoaí, Rio Pardo, Rio Ituí e Rio Jutaí. No inverno ainda são navegáveis também os rios Quixito e Jandiatuba.

Os povos que vivem na TI Vale do Javari são os: Kanamary, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Mayuruna (Matses) e Tyohom Dyapá, além, desses sete grupos existem também uma das maiores concentrações de povos que vivem em isolamento voluntário (índios isolados) no Brasil e, possivelmente no mundo.

A diversidade cultural e a biodiversidade do Vale do Javari compreende uma pluralidade, vista em nenhum outro lugar do país, e a preservação destas riquezas tornou-se nossa maior luta contra as organizações criminosas que atuam diariamente em nosso território.

Desta forma, a atualização do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Vale do Javari (PGTA-Vale do Javari), é uma ferramenta que pretendemos aplicar em sua integralidade junto as comunidades, organizações de base e os parceiros aliados.



- Aldeias
- Terras Indígenas (Brasil)
- TI Vale do Javari
- Hidrografia



QUEM SÃO OS POVOS INDÍGENAS QUE HABITAM O VALE DO JAVARI

Kanamary



O nome Kanamari foi uma denominação dada pelos Kariwa (não-indígena). Mas se autodenominam r como Tüküna, termo que significa “gente”, e é desta forma que desejam ser chamados.



O povo Tüküna tem sua própria Divindade, o TAMAKORIH, o verdadeiro criador, e que deu o nome de Tüküna. Os Tüküna, tem suas próprias características socioculturais, são , autônomos, nômades, guerreiros, acolhedores, coletores, e possuem suas próprias crenças, festas, cantos, pinturas, danças, casamentos, rezas, aprendizados, bebidas tradicionais, modo

de trabalhar, caçar e pescar. Antigamente, mudavam de aldeia com mais frequência, quando morriam os parentes Tüküna, e andavam livremente pelo seu território. Hoje, após o entendimento dos direitos de acesso à saúde, educação e segurança, decidiram manter suas aldeias em um lugar fixo, mas suas famílias continuam se deslocando para outras aldeias. Os, Tüküna, tem língua materna própria, falantes do tronco linguístico Katükina.



Assim, o povo Tüküna e o povo de recente contato Tyohom-Djapá são os únicos que não formam um conjunto linguístico com os povos da Terra Indígena Vale do Javari, que são falantes do tronco linguístico Pano.





Hoje, os Tüküna, dividem um único território com os povos Matses, Marubo, Matis, Kulina Pano, e os Povos de recentes-contato Korubo e Tyohom-Djapá, além de inúmeros povos não contatados. Vivem entre o território dos povos Pano e Aruak, ocupando a periferia e a fronteira do território Pano,, além de parte do Acre e da parte oriental norte da

Amazônia peruana. São considerada a terceira maior população da Terra Indígena com cerca de 1.379 indígenas (SIASI/2019)

São praticantes assíduos da pajelança e tem o rami (ayahuasca) e rapé como itens sagrados entre eles. São considerados por muitos como um povo descontraído e durante seus rituais de cantos enaltecem sempre o espírito da floresta.



Kulina



Esse povo é a quinta população indígena em relação as demais que habitam o Vale do Javari, são 175 pessoas (segundo o SIASI/2019) divididas em três aldeias: Aldeia Campinas (que está localizada fora dos perímetros da Terra Indígena), Pedro Lopes e aldeia Nuntewá, do líder Cacau.

São falantes de uma língua da família Pano e é o que os diferencia dos outros Kulina do rio Juruá, também conhecidos como Madiha, que falam uma língua da família Arawá.

O território dos Kulina no Vale do Javari abrange as áreas do médio rio Curuçá e seus afluentes, os igarapés Esperança, Todos os Santos e São Salvador, embora tenham habitado um território bem mais abrangente, na época em que viviam “isolados”, que ia das cabeceiras dos afluentes do rio Ituí, como os rio Novo e Negro até as cabeceiras dos afluentes do rio Curuçá, dentre os quais o rio Arrojo.

O povo Kulina Pano, segundo os etnógrafos que já estudaram sua história, é o resultado da união de dois grupos: os da maloca do Mawí, que ocupavam o igarapé São Salvador e os dos Kapishtana do Igarapé Pedro Lopes. Apesar dessa união ter sido marcada por conflitos étnicos, foi uma das estratégias encontradas pelo grupo para sobreviverem dos constantes ataques dos Mayuruna (Matses) em meados das décadas de 60 e 70.

Os conflitos com o povo Mayuruna causaram uma grande fragilidade a essa etnia, dentre as quais a diminuição demográfica, resultando na dispersão dos sobre-



viventes para locais estranhos aos seus territórios ancestrais, como nas cidades de Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Tabatinga. Dos poucos “mais velhos” que restaram dessa etnia residem na cidade de Tabatinga.

Essas mudanças causaram um alto grau de miscigenação entre os Kulina, tanto entre indígenas de outras etnias (como os Mayuruna) quanto entre não indígenas. Um dos problemas é a quase a perda do idioma Kulina, falado por alguns poucos moradores do médio rio Curuçá. O mais curioso é que a maior parte da população Kulina vive nas aldeias dos Mayuruna, pois na maioria dos conflitos entre esses dois povos as mulheres eram capturadas, bem como algumas crianças.



Marubo

O povo Marubo é falante do tronco linguístico Pano, e possuem um vocabulário paralelo ritualístico que substitui palavras do uso cotidiano, a maioria dos homens mais jovens falam também o português. É considerada a segunda maior população indígena do Vale do Javari com aproximadamente 1.905 indígenas (SIASI/2019).



O território Marubo são as sub-regiões do alto e médio rio Ituí e alto rio Curuçá. Os mesmos se distinguem dos outros povos pelos adereços que utilizam, os homens e mulheres usam colares de várias voltas feitos de aruá, um cordão de minúsculas placas aruá atravessado de um lado para o outro no nariz (septo nasal), cinta larga de pequenas placas de aruá e/ou sementes de palmeiras da região como



coco, pupunha ou jarina. Outro diferencial é o formato das aldeias, com uma maloca principal, que é a moradia das famílias, e tem pequenas malocas individuais nas adjacências.

O povo Marubo, embora tenha se destacado pela busca e consumo de bens industrializados não se distanciaram de seus costumes ancestrais e, mantêm vivos e resguardados seus modos culturais e organização social.

O povo Matis, são falantes do tronco linguístico Pano, e no cotidiano da aldeia falam somente a língua materna e, também sabem falar e entendem a língua falada pelos Marubo. mas atualmente os jovens e algumas mulheres sabem e falam um pouco o português, isso permite que façam suas transações comerciais nas idas a cidade. É considerada a quarta maior população indígena da TI com aproximadamente 600 indígenas (SIASI/2019).



O território dos Matis fica às margens do médio rio Ituí, alto rio Branco (margens direita do rio Ituí) e o médio rio Branco (afluente da margem esquerda do rio Itacoaí). O primeiro contato com os Matis aconteceu no final dos anos de 1970, o grupo era constituído de centenas de índios, mas por conta de uma grande epidemia de gripe que se espalhou pela região atingindo principalmente os idosos e crianças em 1983, o grupo se reduziu à 87 indígenas. Hoje tem um aumento significativo desse povo.

Os Matis se diferenciam dos demais povos da TI Vale do Javari pelos adornos faciais, usam tatuagens em ambas as partes do rosto, usam conchas de caramujos como brincos, além de pequenas setas feitas de espinho de pupunha inseridas nos lábio e nariz. Cada um desses adereços são colocados em determinada fase da vida de acordo com a idade. Quanto mais adereços, mais experiente e mais velho é a pessoa.



A zarabatana é um dos artefatos mais complexos e famosos entre os povos indígenas do Vale do Javari, de aproximadamente dois metros e meio, cujo interior é oco onde são inseridos pequenos dardos feitos de talas de palmeiras, a zarabatana é a ferramenta tradicional usada para caçar animais de pequeno e médio porte. Os Matis também fazem uso do arco e flecha nas suas caçadas.



Mayuruna



O povo Mayuruna (Matses), são falantes do tronco linguístico Pano. Mayuruna é um termo de origem quechua que significa “gente do rio” (mayu = rio; runa = gente). É considerada a maior população da TI com aproximadamente 2.226 indígenas, (SIA-SI/2019).

O território dos Mayuruna é na bacia do rio Javari que quase toda sua extensão faz fronteira entre o Brasil e o Peru. O povo Mayuruna habita os dois lados da fronteira sendo que sua maior concentração fica no Brasil dentro da TI Vale do Javari, distribuído em suas 11 aldeias, nas regiões do Médio Javari, Baixo e Médio Curuçá, Pardo e Alto Jaquirana.



O povo Matses viviam tranquilamente no seu território nas cabeceiras dos rios. Naquela época para esse povo não existia fronteiras, as famílias visitavam as malocas em ambos os lados do rio para a realização de festas e rituais.

Antigamente, os Matses empreendiam ataques em diferentes malocas e povos distintos para captura de mulheres e crianças que posteriormente eram incorporadas as famílias de seus raptos. Os Matsés são considerados um povo guerreiros, pois sempre defendem seus territórios das invasões dos não indígenas.

A partir de 1969, através do contato com os não indígenas, os Matsés abandonaram suas festas e rituais e passaram a viver em



grupos maiores nas margens do rio Jaquirana. Na década de 70, após um conflito interno entre os Matsés da aldeia Lobo, um grupo se deslocou para a região do Médio rio Javari e só após a demarcação da Terra Indígena, em 2001, passaram a ocupar a região do rio Curuçá e Pardo.

Foi neste período que os Matsés foram contaminados com as doenças dos não índios como a hepatite.

Tradicionalmente os Matsés tinham tatuagens faciais com traços desde a orelha contornando os lábios. As mulheres usavam o quiut, seta feita de espinho pendurado no queixo, e o dëmush, setas compridas inseridas na lateral da narina. Os homens usavam apenas o tabote, espinho inserido no lábio superior.

Os Matses ainda hoje tem o hábito de pintar sua face com urucum.



O povo Korubo tem sua língua provavelmente oriunda da família Pano, compreendem a língua falada pelos Matis e Matsigenka. É considerada a sexta população da TI com cerca de aproximadamente 90 indígenas, (SIASI/2019) divididos em três aldeias. O povo Korubo é considerado de “recente contato” pela FUNAI.

O subgrupo da Mayá foi contatado em 1996, o subgrupo do Pinô foi contatado em 2014 e o subgrupo do Luacivó/ Shushu foram contatado em 2015.



Vale ressaltar que essa quantidade ainda é um número relativo quando se fala do povo Korubo, pois, existem outros subgrupos que vivem em isolamento voluntário no interior da TI Vale do Javari.

Tem como referências territoriais as regiões das margens do Médio rio Itacoáí, Rio Branco (afluente do Itacoáí), rio Coari (afluente do rio Ituí) e Igarapé Coarizinho.

Tyohom Dyapá



O povo Tyohom Dyapá são falantes de uma língua próxima da família Katukina semelhante às dos Kanamary e Katukina do rio Biá. O território onde vivem atualmente localiza-se nas regiões do alto rio Jutaí, mas suas narrativas contam que viviam também nas adjacências dos rios Jandiatuba e Curuena, na parte noroeste da TI Vale do Javari.

Tyohom significa Tucano e Dyapá “gente” ou “povo”, então, seria o “povo tucano”. O povo Tyohom – Dyapá é considerado de recente contato pela FUNAI e, ainda mantém a decisão de não contato direto com o mundo externo. Como estratégia de sobrevivência os Tyohom-Djapá decidiram ir viver junto a um grupo Tüküna/Kanamay na aldeia Jarinal, no Alto rio Jutaí. Essa região sofre constantes ameaças de invasores. Embora, tenham diversos relatos de garimpeiros ilegais e ser uma região considerada de vulnerabilidade, pois constam registros de povos indígenas isolados e a fiscalização dos órgãos de Estado são ineficientes.





É importante registrar que a **UNIVAJA** não realizou com os **Korubo** e os **Tyohom-Dyapá**, o mesmo processo de coleta de informações para a formulação dessas Diretrizes Prioritárias, por se tratar de povos que ainda estão em processo de contato recente, sendo o diálogo ainda restrito basicamente à comunicação por radiofonia, além de , a FUNAI recomendar que sejam mantidas as precauções e protocolos para a proteção dos povos de recente contato. Mais importante ainda é ressaltar que essas diretrizes visam garantir a integridade da TI Vale do Javari e a existência dos modos de vida dos povos que nela vivem.

“Povos Isolados”

“Povos Isolados”, o isolamento de povos indígenas pode ser interpretado atualmente como uma estratégia de sobrevivência na qual alguns grupos, atuando de maneira extremamente autônoma fazem a escolha de não manter relações permanentes com outros povos já contatados ou setores da sociedade majoritária. Ao fazerem essa escolha se tornam fundamentalmente livres.



A TI Vale do Javari é uma das poucas regiões do mundo onde vivem diversos grupos em isolamento voluntário. São povos que não sabemos muitas informações, salvo exceção de imagens, relatórios, expedições e monitoramento aéreo realizados pela FUNAI, órgão responsável pela política indigenista oficial. Desde os anos 80 a FUNAI estabelece a política de não contato, por esse princípio os índios devem ser deixados em paz e o contato só se realiza se a iniciativa parte dos índios ou se a FUNAI detecta uma ameaça concreta e iminente para a sobrevivência deste povos.



A IMPORTÂNCIA DA EXISTÊNCIA DO MOVIMENTO INDÍGENA

Para fortalecer o movimento indígena primeiro temos que saber o que nós queremos para nós mesmos. O primeiro passo foi dado pela união de nossas sábias lideranças, que com muita dificuldade lutaram pela demarcação da terra. Assim teremos mais conquistas, o que dependem da nossa união, para podermos sucessivamente conquistar nossos direitos. Ao longo destes dois últimos anos, as primeiras atividades com o apoio do projeto "Caminhos para Proteção da Nossa Floresta", apoiado pela Embaixada Real da Noruega, intensificamos nossa articulação regional com as lideranças indígenas, participamos de diálogos entre as lideranças da Amazônia Brasileira, impulsionado pela Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB). As articulações com parceiros indígenas e não indígenas ganharam força, sempre pensando na manutenção e garantia dos nossos direitos.



Paulo Kenampa

O resultado deste trabalho é que essa força possibilitou à UNIVAJA ampliar a participação no processo de construção das diretrizes do movimento indígena do Vale do Javari. Ainda é necessário mais cobrança de nossas lideranças junto ao movimento indígena, para poder colocar em prática o que vem sendo discutido nas reuniões e assembleias, como o papel das aldeias, o papel de cada liderança nessa articulação junto à coordenação da UNIVAJA, pois, quando há cobrança significa que há interesse em ver as coisas acontecerem.



Thodá Kanamary

No mês de julho de 2019 na aldeia São Luís do povo Kanamari, a UNIVAJA juntamente com as Organizações de Base, realizaram o Grande Encontro de Lideranças que teve como tema central a discussão, atualização e compartilhamento das diretrizes prioritárias dos povos indígenas do Vale do Javari, com a participação dos povos: Kanamari, Kulina, Marubo, Matis e Mayuruna (Matses), e as entidades parceiras como a Fundação Nacional do Índio – (FUNAI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Brasileiro Indigenista (IBI), o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), a Nia Tero e a Embaixada Real do Noruega. Neste encontro tive-

mos a oportunidade de fortalecer o que estamos vendo e sentindo em um momento tão importante para o movimento indígena da nossa região - o maior conhecimento e reconhecimento das bases. Hoje, estamos nos articulando intensamente, apesar das dificuldades do atual momento político em todo o Vale do Javari, no Estado do Amazonas e no Brasil, pois, estamos perdendo nossos principais líderes e anciãos que lutaram pela melhoria de condições de vida de nossos povos, junto com eles, os conhecimentos tradicionais, a história oral e escrita na memória de cada um, os saberes, as artes e algumas práticas tradicionais estão sendo esquecidas.

Lutamos para que os nossos jovens, as nossas crianças e famílias inteiras não deixem suas aldeias rumo aos centros urbanos, ocasionados pela falta de políticas públicas. São as organizações de base e as aldeias que cada vez mais reconhecem e demandam essa aliança com a UNIVAJA. É dessa forma que podemos tornar o Vale do Javari independente e autossustentável. O desafio é grande, pois a região é abrangida por aproximadamente 6.000 indígenas distribuídas em 57 aldeias, e, nós fazemos o possível para fortalecer essa integração indígena com a participação de tantos parentes. Hoje nosso maior desafio e desejo é manter as alianças e união para assim tecermos uma rede de parcerias para continuar a lutar.

Paulo Kenampa – Coordenador da UNIVAJA
Thodá Kanamary – Vice-coordenador da UNIVAJA

AS DIRETRIZES PRIORITÁRIAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Esse documento é resultado de um trabalho construído ao longo de dois anos, entre 2018 e 2019, por meio do projeto Caminhos para a Proteção de Nossa Floresta, apoiado pela Embaixada Real da Noruega, que acreditou na força dos povos do Javari e na atual coordenação.

Em 2016, em Atalaia do Norte, a UNIVAJA e demais representantes do movimento indígena estiveram reunido com a assessoria do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), para dar início a sistematização dos principais problemas enfrentados para a proteção do nosso território, que foram agrupados em 4 eixos temáticos: controle e monitoramento territorial; conservação e manejo dos recursos naturais; transmissão dos conhecimentos tradicionais e fortalecimento institucional.

Neste documento atualizamos e avaliamos as diretrizes formuladas em anos anteriores para que orientem as nossas ações nos próximos anos. Esse material é, assim, um instrumento em transformação permanente, que marca e organiza as aldeias para atingirem padrões de qualidade e condições de vida para transformar a prática em consciência (participação), a sensibilidade em eficiência (organização) e a eficiência em autonomia. Neste sentido, a UNIVAJA tem o papel fundamental na organização e sistematização de forças, desejos, anseios e possibilidades para concretização das demandas das aldeias indígenas da TI Vale do Javari.

A metodologia das Demandas Prioritárias da TI Vale do Javari exige um processo de participação das aldeias/lideranças visando um objetivo: melhoria da qualidade e das condições de vida, em equilíbrio constante com seus territórios, natureza, cultura, trabalho e com o mundo exterior. De maneira participativa, os momentos de fazer o levantamento possibilitaram, ainda, a articulação e o conhecimento de parte da realidade de cada povo da TI Vale do Javari. Isso funcionou com uma ferramenta muito importante para a clareza dos objetivos para qual o movimento indígena atua, pois, a aproximação entre lideranças locais foi estratégica para o fortalecimento da UNIVAJA uma vez que auxiliou na definição das Diretrizes.

Algumas ações de implementação do PGTA do Vale do Javari já

estão sendo executadas pelo CTI, em parceria com a UNIVAJA e suas organizações de base. Com o apoio do Fundo Amazônia estão sendo realizadas a formação de agentes ambientais; a realização de ações de manejo dos recursos naturais, como a dos quelônios no rio Ituí, a de recursos pesqueiros no Médio rio Javari; expedições às capoeiras antigas; expedições para atualização de etnomapas para o controle territorial nas sub-regiões do médio rio Jaquirana, Itaquai, Jutai, alto Ituí, Pardo, Curuçá, e Médio Javari; realizadas ações de fortalecimento da transmissão de conhecimentos e tecnologias tradicionais, como a construção de malocas, oficinas socioambientais, entre outras ações.

E principalmente o esforço para o fortalecimento institucional da UNIVAJA e das organizações de base, com a realização de oficinas de comunicação, desenvolvimento político, formação administrativa e apoio na reforma e estruturação da sede da UNIVAJA garantindo também espaço físico na cidade para as demais associações.

Quais os principais problemas que temos na região?

Quando os problemas, conflitos e demandas foram colocados lado a lado, encontramos muitas semelhanças entre os povos. São dificuldades existentes para resolver questões das áreas de meio ambiente: invasões por pescadores, caçadores, madeireiros e garimpeiros ilegais, problemas para o bom funcionamento e aplicação das políticas públicas de saúde e educação; dificuldades na manutenção e monitoramento dos limites da TI; falta de meios para uma melhor comunicação, entre outros. Todos esses problemas são comuns para todos os povos da TI Vale do Javari.

As demandas das aldeias foram sistematizadas em quatro eixos prioritários e divididos por povo.

Território Kanamary

EIXO TEMÁTICO	PROBLEMAS	AÇÕES PARA ALCANÇAR AS SOLUÇÕES
Controle e Monitoramento Territorial	Invasões no território por caçadores, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e pescadores	• Realizar a vigilância e monitoramento do território; • Garantir apoio de parceiros para ações de vigilância e monitoramento; • Capacitar os Kanamary no uso de instrumentos de vigilância e monitoramento; • Produzir e, encaminhar denúncias sobre invasões aos órgãos competentes; • Realizar reuniões periódicas com representantes kanamary dos rios Itacoá, Javari, Jutai e Juruá (TI's Vale do Javari, Mawetek e Kanamary do alto Juruá) para a gestão conjunta do território Kanamary; • Sensibilizar a população não-indígena do entorno sobre o respeito ao território Kanamary e dos demais povos da TI Vale do Javari; • Cobrar para que o Estado garanta a efetiva fiscalização da TI Vale do Javari por meio dos órgãos competentes (FUNAI, Polícia Federal, Exército e IBAMA);
	Desmatamento na margem esquerda do rio Juruá, sul da TI Vale do Javari	• Monitorar o desmatamento e ocupação dos não-indígenas na região; • Realizar a limpeza da picada nos limites sul da TI Vale do Javari (municípios de Eirunepé e Ipixuna); • Sensibilizar os não-indígenas sobre o respeito aos limites da TI Vale do Javari.
	Conflitos no compartilhamento do território com os Matsés na região do médio Javari	• Realizar reuniões entre a AKAVAJA e OGM para construir acordos de uso do território e realizar a vigilância e monitoramento conjunto.
	Pouco conhecimento de jovens sobre o território	• Realizar expedições ao território com a participação de jovens e velhos.
	Proteção e compartilhamento territorial com povos isolados	• Aumentar o diálogo entre as aldeias e a FUNAI; • Monitorar em conjunto com a FUNAI a presença de isolados.
Conservação e Manejo dos Recursos Naturais	Diminuição de palheiras (Poroman)	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de palheiras; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir a importância das palheiras nas escolas.
	Diminuição de peixes nos lagos do médio Javari	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de pesca; • Implementar ações de manejo e conservação; • Fortalecer as tecnologias de pesca tradicionais do povo Kanamary; • Discutir a importância dos peixes e recursos hídricos nas escolas.
	Diminuição dos quelônios	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de quelônios; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir a importância das tartarugas e tracajás nas escolas.
	Diminuição da agro biodiversidade tradicional nas roças	• Realizar expedições às capoeiras antigas para a recuperação de variedades tradicionais; • Promover trocas de variedades entre as aldeias dos rios Itacoá, Javari, Juruá e Jutai; • Discutir a importância da conservação da agro biodiversidade nas escolas.
Fortalecimento da transmissão de conhecimentos tradicionais	Diminuição do número de pajés e seus conhecimentos	• Organizar encontros entre os pajés Kanamary
	Perda de cantos rituais	• Organizar encontros entre cantadores para a realização de festas; • Capacitar jovens para o registro audiovisual das festas e cantos.
	Impacto sobre a transmissão de nossos conhecimentos tradicionais	• Definir um calendário Kanamary que deve ser respeitado pelos órgãos de governamentais e não-governamentais.

Fortalecimento Institucional	Pouco conhecimento sobre a gestão administrativa e financeira da associação	• Garantir a formação de representantes da AKAVAJA em cursos de associativismo indígena e gestão administrativa- financeira.
	Dificuldades de demonstrar a importância da AKAVAJA enquanto instrumento político para as aldeias	• Realizar reuniões periódicas nas aldeias.
	Pouco conhecimento sobre os direitos indígenas, legislação ambiental e mudanças climáticas	• Promover encontros periódicos com outras organizações de base da UNIVAJA para compartilhar informações e definir estratégias de gestão integrada da TI Vale do Javari; • Garantir a formação de representantes da AKAVAJA e jovens Kanamary; • Construir materiais de apoio para a formação política do povo Kanamari.
	Pouco espaço político para a participação de mulheres	• Garantir a participação das mulheres Kanamary nas oficinas e reuniões promovidas pelas organizações indígenas; • Organizar encontros de mulheres Kanamary, e de outras mulheres indígenas do Vale do Javari para troca de experiências e fortalecimento político.
	Pouco diálogo do Estado com o povo Kanamary	• Cobrar para que o Comitê Gestor da CR Vale do Javari seja implementado, garantindo nossa participação direta no planejamento das ações da FUNAI; • Garantir a participação de representantes Kanamary nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas.

“

Governo pra mim é a terra, pois ela me oferece tudo que meu povo precisa, e não esse presidente que está tentando destruir o ambiente onde vivemos”.

Cacique Cariocão Kanamary

Território Kulina

EIXO TEMÁTICO	PROBLEMAS	AÇÕES PARA ALCANÇAR AS SOLUÇÕES
Controle e Monitoramento Territorial	Invasões no território por caçadores, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e pescadores	- Realizar a vigilância e monitoramento do território; - Garantir apoio de parceiros para ações de vigilância e monitoramento; - Capacitar os Kulina para o trabalho de apoio à fiscalização da FUNAI nas bases de proteção; - Sensibilizar a população não-indígena do entorno sobre o respeito ao território Kulina e dos demais povos da TI Vale do Javari.
	Pouco conhecimento de jovens sobre o território	Realizar expedições ao território com a participação de jovens e velhos.
	Proteção e compartilhamento territorial com povos isolados	- Aumentar o diálogo entre as aldeias e FUNAI; - Monitorar em conjunto com a FUNAI a presença de isolados.
Conservação e Manejo dos Recursos Naturais	Diminuição da agro biodiversidade tradicional nas roças	- Realizar o levantamento da agro biodiversidade tradicional do povo Kulina; - Realizar expedições às capoeiras antigas para a recuperação de variedades tradicionais; - Discutir a importância da conservação da agro biodiversidade nas escolas.
	Diminuição dos quelônios	- Realizar reuniões e acordos internos de manejo de quelônios; - Implementar ações de manejo e conservação; - Discutir a importância das tartarugas e tracajás nas escolas.
	Diminuição dos peixes	- Realizar reuniões e acordos internos de manejo de pesca; - Implementar ações de manejo e conservação; - Discutir a importância dos peixes e recursos hídricos nas escolas.
	Diminuição de Jarina (palmeira)	- Realizar reuniões e acordos internos de manejo de Jarina; - Implementar ações de manejo e conservação; - Discutir a importância da Jarina nas escolas.
Fortalecimento da transmissão de conhecimentos tradicionais	Enfraquecimento de conhecimentos tradicionais	- Realizar encontros entre jovens e velhos para a recuperação e valorização de nossos conhecimentos tradicionais e de nossa história; - Produzir materiais didáticos com nossos conhecimentos e valorizar nossa cultura na escola.
	Enfraquecimento do uso da língua Kulina	- Garantir apoio linguístico para a elaboração de materiais na língua escrita; - Valorizar o uso de nossa língua na escola e em materiais didáticos.
Fortalecimento Institucional	Baixa participação em espaços de elaboração e discussão de políticas públicas	- Ter garantida a participação de representantes do povo Kulina Pano nos espaços de decisões públicos; - Capacitar representantes para participar dos espaços de decisões públicos.
	Associação indígena não regularizada e enfraquecida	- Promover a capacitação de dirigentes Kulina para o trabalho na associação; - Garantir apoio e estrutura para as atividades da associação.

“

Povo Kulina Pano, era um grupo muito grande, e com o contato com os brancos causou uma perda irreparável. Nós somos um povo que entrou em extinção, e tivemos que nos esconder no interior da floresta para não sermos eliminados do mundo... Alguns tiveram como estratégias de sobrevivência se misturar com outros povos do Javari e até mesmo com os brancos. Quando nossa gente voltou a aparecer nós fomos e continuamos sendo discriminados. Nós somos o único povo que não tem representante em nenhuma instituição governamental. Funai, Sesai, Frente de Proteção e outras entidades indígenas. Menos de 20 pessoas que falam nossa língua e que conhecem nossa verdadeira história. Dessa forma pedimos a todas as entidades indígenas que ajude o povo Kulina a reescrever nossa história porque nós ainda nos sentimos muito fraco”.

Adauto Kulina

Território Marubo

EIXO TEMÁTICO	PROBLEMAS	AÇÕES PARA ALCANÇAR AS SOLUÇÕES
Controle e Monitoramento Territorial	Invasões no território por caçadores, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e pescadores	• Realizar expedições a cada três meses com a finalidade de monitorar o território conciliando com atividades de caça, pesca e coleta; • Capacitar os Marubo no uso de GPS e outras ferramentas de vigilância; • Articular apoio de parceiros para aquisição de equipamentos e insumos para atividades de vigilância e monitoramento; • Colocar novas placas de identificação de terras indígenas em todos os limites da TI Vale do Javari; • Realizar a limpeza das picadas nos limites sul da TI Vale do Javari (municípios de Ipixuna e Guajará Mirim); • Cobrar para que o Estado garanta a efetiva fiscalização da TI Vale do Javari por meio de seus órgãos competentes (FUNAI, Polícia Federal, Exército e IBAMA); • Articular para que o Estado crie política e programas específicos para a formação de agentes ambientais indígenas para proteção e vigilância territorial da TI, garantindo recursos financeiros para essa finalidade.
	Extração petroleira no sul da TI Vale do Javari	• Criar mecanismos de informações interno e externo com as organizações indígenas e parceiros a nível local, nacional e internacional para monitorar o interesse de empresas e governos na exploração da região da TI Vale do Javari; • Exigir que Estado respeite os artigos 231 e 232 da CF de 1988 e a Convenção 169 da OIT que garantem os direitos indígenas, e que seja respeitado o direito de consulta e a recusa de empreendimentos que afetem nosso território.
	Proteção e compartilhamento territorial com povos isolados	• Cobrar maior presença e diálogo da Funai nas aldeias para monitorar em conjunto com as aldeias a presença de isolados; • Cobrar para que o Estado crie fundo específico para financiamento da proteção e gestão de TI
Conservação e manejo dos recursos naturais	Aumento do lixo nas aldeias devido ao consumo de bens industrializados	• Realizar oficinas e reuniões para discutir o impacto dos bens industrializados sobre o território e a saúde do povo Marubo; • Construir acordos de destinação do lixo e da responsabilidade dos não indígenas que trabalham nas aldeias; • Incluir a temática nas escolas através da formação dos professores e de elaboração de materiais didáticos.
	Diminuição dos peixes	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de pesca; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir a importância dos peixes e recursos hídricos nas escolas.
	Diminuição de animais de caça	• Realizar reuniões e acordos internos para o uso e manejo de áreas de caça; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir nas escolas a importância da proteção e manejo das áreas de caça.
	Diminuição dos quelônios	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de quelônios nas aldeias Marubo dos rios Ituí e Curuá; • Implementar ações de manejo e conservação, com atuação dos agentes ambientais indígenas; • Discutir a importância das tartarugas e tracajás nas escolas.
	Diminuição de palmeiras utilizadas para a cobertura de casas e malocas	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de palmeiras; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir a importância do manejo das palmeiras nas escolas.
	Diminuição da agro biodiversidade tradicional nas roças	• Realizar expedições às capoeiras antigas para a recuperação de variedades tradicionais; • Discutir a importância da conservação da agro biodiversidade nas escolas; • Promover trocas de variedades de plantas e sementes entre as aldeias; • Ensinar a importância da conservação da agro biodiversidade nas escolas; • Articular e garantir formação técnica aos povos indígenas, capacitando nas áreas técnicas de agronomia, meio ambiente, manejo de animais e outros, garantindo cotas através das universidades e institutos federais (por ex. IFAM, UFAM, UEA); • Articular e incentivar a relação dos povos indígenas com suas plantações tradicionais; • Cobrar do Estado o fomento às iniciativas de pesquisa dos próprios indígenas, detentores do conhecimento de sua agro biodiversidade.

Fortalecimento da transmissão de conhecimentos tradicionais	Enfraquecimento de conhecimentos tradicionais	• Realizar encontros entre jovens e velhos para a recuperação e valorização de nossos conhecimentos tradicionais e de nossa história; • Produzir materiais didáticos e audiovisuais com nossos conhecimentos e valorizar nossa cultura na escola; • Incentivar os jovens para a construção de malocas; • Incentivar as práticas de plantio tradicionais do povo Marubo; • Incentivar a realização de festas tradicionais do povo Marubo; • Valorizar e respeitar a relação dos povos indígenas com a terra para a vida humana (cosmovisão, espiritualidade e seres sobrenaturais), por meio de políticas públicas específicas.
Fortalecimento Institucional	Pouco conhecimento sobre a gestão administrativa- financeira da associação	• Garantir a formação de representantes das associações Marubo em cursos de associativismo indígena e gestão administrativa-financeira
	Pouco conhecimento sobre os direitos indígenas, legislação ambiental e mudanças climáticas	• Promover encontros periódicos com outras organizações de base da UNIVAJA para compartilhar informações e definir estratégias de gestão integrada da TI Vale do Javari; • Garantir a formação de representantes do povo Marubo em diferentes temas, como direitos indígenas, legislação ambiental, mudanças climáticas e políticas públicas; • Criar Centros de Formação (em política, gestão ambiental e territorial) nas aldeias; • Garantir a manutenção e fortalecimento da sede da UNIVAJA, inclusive enquanto espaço de formação; • Garantir a autonomia das associações de base da UNIVAJA para realização de atividades locais; • Implementar as estratégias de comunicação definidas pela UNIVAJA considerando a comunicação com as organizações de base, o diálogo com o público das aldeias e a comunicação externa, bem como canal de radiocomunicação para cada etnia; • Melhorar sistema de comunicação com telefones e internet nas aldeias de referência do povo Marubo (Aldeia São Sebastião no médio Rio Curuçá, Aldeia Maronal no Alto Rio Curuçá, Aldeia Boa Vista no Médio Rio Ituí e Aldeia Vida Nova no Alto Rio Ituí).

“

As mudanças anunciadas pelo atual governo do Brasil, nos causa grandes inquietações, pois é a nossa história que está sendo posta em jogo. E para nós povos indígenas, foi no território que construímos nossas histórias, e com a destruição da floresta nossa identidade será apagada”.

Professor Benedito Marubo

Território Matis

EIXO TEMÁTICO	PROBLEMAS	AÇÕES PARA ALCANÇAR AS SOLUÇÕES
Controle e Monitoramento Territorial	Invasões no território Matis por caçadores e pescadores	- Realizar expedições periódicas de monitoramento e vigilância no território Matis; - Monitorar o território Matis por meio de expedições de caça, pesca e coleta; - Capacitar os Matis no uso de GPS e outras ferramentas de vigilância; - Articular apoio de parceiros para equipamentos e insumos para atividades de vigilância e monitoramento; - Realizar a limpeza das picadas nos limites sul da TI Vale do Javari (município de Ipixuna); - Cobrar para que o Estado garanta a efetiva fiscalização da TI Vale do Javari por meio de seus órgãos competentes (FUNAI, Polícia Federal, Exército e IBAMA), e que seja em parceria com o povo Matis e sua associação; - Consultar o povo Matis para a elaboração de todas as leis brasileiras que afetam povos indígenas.
	Proteção e compartilhamento territorial com povos isolados	- Aumentar o diálogo entre as aldeias e FUNAI; - Monitorar em conjunto com a FUNAI a presença de isolados.
Conservação e manejo dos recursos naturais	Diminuição e afastamento de animais de caça das aldeias.	- Realizar reuniões e acordos internos para o uso e manejo de áreas de caça; - Implementar ações de manejo e conservação; - Fazer roças em locais distantes das aldeias para servirem de apoio às caçadas; - Evitar uso de veneno para pescar peixe; - Preparar os jovens com os conhecimentos tradicionais Matis; - Garantir a formação técnica de indígenas e o acompanhamento dessa formação para que possam manejar seus recursos naturais de forma sustentável.
	Aumento do lixo nas aldeias devido ao consumo de bens industrializados	- Realizar oficinas e reuniões para discutir o impacto dos bens industrializados sobre o território e a saúde do povo Matis; - Construir acordos de destinação do lixo e da responsabilidade dos não indígenas que trabalham nas aldeias; - Incluir a temática nas escolas através da formação dos professores e de elaboração de materiais didáticos; - Conscientizar as aldeias sobre acúmulo de lixo ao redor das casas.
	Diminuição de tatxi perto das aldeias	- Realizar reuniões e acordos internos para o uso e manejo do tatxi; - Implementar ações de manejo e conservação; - Fazer o plantio de tatxi perto das aldeias; - Organizar intercâmbios com outros povos que plantam tatxi.
	Diminuição da agro biodiversidade tradicional nas roças	- Realizar expedições às capoeiras antigas para recuperação de variedades tradicionais; - Discutir a importância da agro biodiversidade nas escolas e na elaboração de materiais didáticos.

Fortalecimento da transmissão de conhecimentos tradicionais	Diminuição do uso do curare e dos conhecimentos sobre as tecnologias tradicionais de caça	• Realizar oficinas sobre a produção de curare e instrumentos de caça (arco e flecha, zarabatana, armadilhas etc); • Incentivar a participação dos jovens nas caçadas; • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.
	Dificuldades na transmissão dos conhecimentos sobre a medicina tradicional	• Organizar encontros para a transmissão de conhecimentos sobre remédios tradicionais; • Realizar expedições de localização e coleta de remédios tradicionais; • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.
	Falta de interesse dos jovens nos conhecimentos tradicionais	• Realizar encontros entre jovens e velhos para a recuperação e valorização de nossos conhecimentos tradicionais e de nossa história; • Produzir materiais didáticos e audiovisuais com nossos conhecimentos e valorizar nossa cultura na escola; • Incentivar os jovens Matis na construção de malocas; • Incentivar a realização de festas tradicionais do povo Matis; • Incentivar os jovens a fazer roças e plantios tradicionais.
	Diminuição do número de pajés e seus conhecimentos	• Valorizar o conhecimento e a formação de novos pajés.
Fortalecimento Institucional	Pouco conhecimento sobre a gestão administrativa e financeira da associação	• Garantir a formação de representantes da AIMA em cursos de associativismo indígena e gestão administrativa e financeira.
	Dificuldades de demonstrar a importância da AIMA enquanto instrumento político para as aldeias	• Realizar reuniões periódicas nas aldeias; • Garantir a participação dos mais velhos e das mulheres nos espaços políticos na cidade.
	Pouco conhecimento sobre os direitos indígenas, legislação ambiental e mudanças climáticas	• Promover encontros periódicos com outras organizações de base da UNIVAJA para compartilhar informações e definir estratégias de gestão integrada da TI Vale do Javari; • Garantir a formação de jovens Matis; • Construir materiais de apoio para a formação política do povo Matis; • Garantir participação dos parceiros que tem conhecimento dos temas específicos.
	Pouco espaço político para a participação das mulheres	• Organizar encontros de mulheres Matis e de outras mulheres indígenas do Vale do Javari para troca de experiências e fortalecimento político.

“

Meus ancestrais ganharam essa terra dos espíritos que vivem nas florestas, e desde então nós lutamos para manter todas as árvores de pé, os rios limpos e todos os animais saudáveis. O lugar onde nascemos não é um objeto que pode ser comprado para saciar seus desejos de cada vez mais deixarem vocês ricos, e empobrecendo nós povos da floresta; respeite a minha casa porque ela nunca estará à venda. Nós Matis e demais indígenas do Vale do Javari, estamos prontos para combater o extermínio de nossa gente. Respeite meu modo de vida, pois continuaremos realizando nossas rezas e rituais para combater sua ambição e ganancia pela destruição de nossos solos sagrados”.

Ivan Chunun Matis

Território Mayoruna/Matsés

EIXO TEMÁTICO	PROBLEMAS	AÇÕES PARA ALCANÇAR AS SOLUÇÕES
Controle e Monitoramento Territorial	Invasões no território Matsés por caçadores, madeireiros e pescadores	• Realizar a vigilância e monitoramento do território Matsés semanalmente nas áreas próximas e duas vezes por ano nas áreas distantes; • Garantir apoio efetivo de parceiros para ações de vigilância e monitoramento; • Capacitar os Matsés dentro de suas aldeias no uso de instrumentos de vigilância e monitoramento; • Produzir e encaminhar denúncias sobre invasões aos órgãos competentes; • Fazer a limpeza anual das picadas da demarcação da TI Vale do Javari em território Matsés; • Cobrar para que o Estado garanta a efetiva fiscalização da TI Vale do Javari por meio dos órgãos competentes (FUNAI, Polícia Federal, Exército e IBAMA); • Exigir a formação em vigilância e monitoramento ambiental para colaboradores indígenas nas bases de proteção da FUNAI.
	Conflitos no compartilhamento territorial no médio Javari com os Kanamari	• Realizar reuniões entre as aldeias, com participação da OGM e AKAVAJA para discutir acordos de uso da região; • Garantir a fiscalização efetiva do médio Javari junto a FUNAI.
	Extração petroleira no rio Jaquirana	• Monitorar o interesse de empresas na exploração dos lotes 135 e 137 no Peru, em conjunto com os Matsés que vivem no Peru e parceiros; • Acompanhar o processo de solicitação de anulação dos lotes; • Garantir que seja respeitado o direito de consulta e a recusa de empreendimentos que afetam nosso território.
	Compartilhamento territorial com os Matsés no Peru	• Realizar reuniões binacionais periodicamente para articular e definir estratégias conjuntas de gestão do território Matsés.
	Proteção e compartilhamento territorial com povos isolados	• Aumentar o diálogo entre as aldeias e FUNAI; • Monitorar em conjunto com a FUNAI a presença de isolados.
Conservação e manejo dos recursos naturais	Diminuição de palmeiras utilizadas para a cobertura de casas e malocas	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de palmeiras; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir a importância do manejo das palmeiras nas escolas.
	Diminuição de animais de caça	• Realizar reuniões e acordos internos para o uso e manejo de áreas de caça; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir nas escolas a importância da proteção e manejo das áreas de caça.
	Diminuição da agro biodiversidade tradicional nas roças	• Realizar expedições às capoeiras antigas para a recuperação de variedades tradicionais; • Promover trocas de variedades entre as aldeias; • Discutir a importância da conservação da agro biodiversidade nas escolas.
	Diminuição de peixes nos lagos do médio Javari	• Realizar reuniões e acordos internos de manejo de pesca; • Implementar ações de manejo e conservação; • Discutir nas escolas a importância do manejo de lagos.
Fortalecimento da transmissão de conhecimentos tradicionais	Dificuldades na transmissão dos conhecimentos sobre a medicina tradicional	• Organizar encontros para a transmissão de conhecimentos sobre remédios tradicionais; • Realizar expedições de localização e coleta de remédios tradicionais • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.
	Diminuição da construção e uso de malocas	• Realizar oficinas de técnicas de construção de malocas, reunindo jovens e velhos; • Recuperar a utilização das malocas, envolvendo os jovens.
	Diminuição do uso e dos conhecimentos sobre as tecnologias tradicionais de caça	• Realizar oficinas sobre a produção de instrumentos de caça (arco e flecha, lança, armadilhas etc); • Incentivar a participação dos jovens nas caçadas; • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.

	Diminuição do uso e dos conhecimentos sobre artefatos e artesanatos	• Realizar oficinas sobre a produção de artefatos e artesanatos tradicionais; • Incentivar a participação dos jovens na produção; • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.
	Dificuldade na transmissão de conhecimentos tradicionais e festas	• Registrar os conhecimentos dos velhos Matsés sobre cantos, pinturas e festas tradicionais; • Incentivar os jovens a praticarem os conhecimentos tradicionais sobre as pinturas, cantos e festas; • Incluir a discussão da temática na escola e na elaboração de materiais didáticos.
Fortalecimento Institucional	Pouco conhecimento sobre a gestão administrativa e financeira da associação	• Garantir a formação de representantes da OGM em cursos de associativismo indígena e gestão administrativa e financeira.
	Dificuldades de demonstrar a importância da OGM enquanto instrumento político para as aldeias	• Realizar reuniões periódicas nas aldeias.
	Pouco interesse dos jovens em participar das atividades da OGM	• Incentivar a participação dos jovens nas atividades cotidianas da associação.
	Pouco conhecimento sobre os direitos indígenas, legislação ambiental e mudanças climáticas	• Promover encontros periódicos com outras organizações de base da UNIVAJA para compartilhar informações e definir estratégias de gestão integrada da TI Vale do Javari; • Garantir a formação de representantes da OGM e jovens Matsés.

“

O trauma é coletivo e isso justifica a posição firme dos Matsés no rechaço a exploração de petróleo em nosso território e a preocupação com os índios isolados. Existem informações de isolados na região e nos preocupamos com eles. Divulgamos a presença de isolados porque eles não têm como dizer que existem. E eu vivo aqui na minha no mesmo território que eles, por isso faço esse papel de falar com nome dos isolados”.

Bene Donu Mayuruna

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso da UNIVAJA com suas organizações de base e o território do Vale do Javari é trabalhar na articulação dos povos indígenas e suas comunidades na defesa de seus direitos, que só será vitoriosa com o fortalecimento de um amplo conjunto de organizações.

Para tanto, conta com seus apoiadores: organizações de bases, parceiros, grupos organizados da sociedade civil e dentre outros admiradores da nossa causa.

A incitação de invasões criminosas ilegais em TIs e o acelerado desmonte dos principais órgãos que tem a função de proteger os direitos indígenas corresponde a uma pauta anti-indígena, que vem se intensificando nos últimos anos. Neste cenário, se torna necessário que os povos indígenas do Javari discutam sobre as múltiplas invasões que enfrentam no seu território e aos frequentes ataques que vem sofrendo as Bases de Proteção Etnoambientais da FUNAI, situadas em pontos estratégicos do nosso território, o que coloca em risco a vida dos povos indígenas, sobretudo os povos isolados (ou povos livres). A luta dos povos indígenas tem como objetivo manter nosso território propício para as gerações futuras e a preservação da nossa biodiversidade.

Reunir dados de grande relevância para os povos indígenas do Vale do Javari, foi possível através da mobilização da UNIVAJA, suas organizações de bases e parceiros locais, tendo como objetivo fortalecer as comunidades para que sejam capazes de resistir às crescentes violações impostas pelo presente cenário político, acreditando que a resistência do nosso povo é fundamental para garantir a estabilidade da democracia, a fim de garantir uma vida digna para todas e todos.

ALDEIAS DO VALE DO JAVARI

Polo Base	Aldeia	Povo	Nº de residências
Médio Curuçá	Volta Grande	Marubo	6
	São Salvador	Marubo	16
	São Sebastião	Marubo	46
	Txonawaia	Marubo	7
	Lar Feliz	Mayuruna	10
	Terrinha	Mayuruna	11
	Nova Esperança	Mayuruna	45
Alto Curuçá	Maronal	Marubo	55
	Jaburu	Marubo	10
	Kumaia	Marubo	9
	Matxi Keya Wai	Marubo	9
	Morada Nova	Marubo	9
Jaquirana	Lobo	Mayuruna	100
	Aldeia 31	Mayuruna	73
	São Meireles	Mayuruna	27
	Soles	Mayuruna	29
	Cruzeirinho	Mayuruna	33
Itacoai	Bananeira	Kanamari	32
	Kumaru	Kanamari	16
	Cajueiro	Kanamari	5
	Terra Nova	Kanamari	13
	Hobanã	Kanamari	14
	Kawiah	Kanamari	14
	Remansinho	Kanamari	35
	Massapê	Kanamari	47
Jutaí	Jarinal	Kanamari	30
Alto Ituí	Pakavanawey	Marubo	9
	Kapivanawey	Marubo	10
	Carneiro	Marubo	7
	Fazenda	Marubo	10
	Paulinho	Marubo	11
	Pentiaquinho	Marubo	11
	Praia	Marubo	12
	Três Samaúma	Marubo	9
	Vida Nova	Marubo	29
	Mâncio Lima	Marubo	4
	Paraná	Marubo	38
	Alegria	Marubo	30

Médio Javari	Flores	Mayuruna	34
	Fruta Pão	Mayuruna	18
	Pedro Lopes	Kulina	7
	Campinas	Kulina	15
	Caxias	Kanamari	6
	Irari	Kanamari	11
	Lago do Tambaqui	Kanamari	7
	Lago Grande	Kanamari	21
	Nuntewa	Kulina	13
	Santo Eusebio	Kanamari	3
Médio Ituí	Rio Novo	Marubo	22
	Boa Vista	Marubo	30
	São Joaquim	Marubo	5
	Vuku Maë	Korubo	1
	Tankalamë	Korubo	1
	Tapalaia	Korubo	1
	Maë Xëni	Korubo	1
Rio Branco	Tawaya	Matis	56
	Paraíso	Matis	55
	Kudaya	Matis	16
	Waka Wasa	Matis	1



Expediente

Organização e textos

Irison R. Neves - UNIVAJA

Apoiadores/Colaboradores

Cristóvão Negreiros Pissango

Lucas Mariano Marubo

Manoel Barbosa da Silva

Manuella de Sousa Rodrigues

Orlando de Moraes Possuelo

Rosa dos Anjos

Revisão final

Centro de Trabalho Indigenista/Equipe Programa Javari

Projeto gráfico e diagramação

Matheus Ravel Tenazor